

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.265.999 - RS (2018/0064816-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA**  
**ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449**  
**MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572**  
**WERNER LUCAS HEBERLE - RS075882**  
**AGRAVANTE : JOSE VALDIR MAFFEIS JUNIOR**  
**ADVOGADOS : PAULO FERNANDO MENTZ - RS0007014**  
**IVONE MASSOLA - RS0033794**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (artigo 1.042 do CPC/2015) interposto por JOSE VALDIR MAFFEIS JUNIOR contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF, por sua vez, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 479, e-STJ):

Apelação cível. Juízo de retratação. Seguros. Seguro de vida e invalidez permanente. Ação de cobrança. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro. Agravamento do risco não comprovado. Ainda que o segurado estivesse, na ocasião do sinistro, conduzindo veículo sem habilitação, tal fato, por si só, não isentaria a seguradora do pagamento da cobertura securitária. Apólice que, para caso de invalidez parcial por acidente, apresenta limite de indenização e aplicação de tabela de graduação da lesão. Tendo a ré comprovado documentalmente a existência da tabela de graduação da invalidez, o valor da indenização deve estar em consonância com as cláusulas e percentuais contratados, não havendo, portanto, que se falar em desconhecimento do autor acerca da existência da tabela. Necessidade de adequação do valor da tabela. Apelo parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos por ambas as partes foram rejeitados, nos termos dos acórdãos, assim ementados (fls. 516 e 526, e-STJ):

Embargos de declaração. Juízo de retratação. Seguros. Seguro de vida e invalidez permanente. Ação de cobrança. Apólice que, para caso de invalidez parcial por acidente, apresenta limite de indenização e aplicação de tabela de graduação da lesão. Tendo a ré comprovado documentalmente a existência da tabela de graduação da invalidez, o valor da indenização deve estar em consonância com as cláusulas e percentuais contratados, não havendo, portanto, que se falar em desconhecimento do autor acerca da existência da tabela. Necessidade de adequação do valor da tabela. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. O embargante postula, em verdade, o rejugamento de mérito, objetivo que não se coaduna com o recurso manejado. O prequestionamento pleiteado não se justifica, visto que a matéria foi totalmente analisada na decisão embargada. Embargos de

declaração rejeitados.

Embargos de declaração. Juízo de retratação. Seguros. Seguro de vida e invalidez permanente. Ação de cobrança. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro. Agravamento do risco não comprovado. Ainda que o segurado estivesse, na ocasião do sinistro, conduzindo veículo sem habilitação, tal fato, por si só, não isentaria a seguradora do pagamento da cobertura securitária. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. O embargante postula, em verdade, o rejugamento de mérito, objetivo que não se coaduna com o recurso manejado. O prequestionamento pleiteado não se justifica, visto que a matéria foi totalmente analisada na decisão embargada. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial de fls. 555-582, e-STJ, JOSE VALDIR MAFFEIS JUNIOR aponta violação dos arts. 6º, incisos III e VIII; 46, 47 e 51 do Código de Defesa do Consumidor; 423, 757, 795 e 801, § 2º, do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Defendeu fazer jus ao pagamento integral em percentual de 200% do capital segurado da indenização decorrente de sua invalidez permanente. Salientou que a decisão hostilizada reduziu os valores da indenização utilizando-se de documentos sem assinatura e sem observar a apólice nº 93.18253. Requereu o provimento do recurso ao efeito de ser reconhecida a nulidade das cláusulas limitadoras do valor da indenização.

Contrarrazões ofertadas às fls. 587-595, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 598-611, e-STJ), o recurso foi inadmitido, por incidência das Súmulas 5, 7 e 211 do STJ, sobrevindo o presente agravo (fls. 627-643, e-STJ), no qual o agravante pretende o destrancamento da insurgência.

Contraminuta apresentada às fls. 647-654, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O recurso não é admissível.

1. Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos do capítulo impugnado na decisão agravada. A ausência de impugnação específica torna forçoso o não conhecimento do reclamo, por aplicação do quanto disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/15.

Aplicável, ainda, o óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes julgados: **AgInt no AREsp 1074988/RJ**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; **AgInt no AREsp 877.856/RJ**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 08/11/2016, DJe 23/11/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 1017447/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017; **AgInt nos EDcl no AREsp 863.863/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017

No caso em comento, a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade fundamentou-se na incidência das Súmulas 5, 7 e 211 do STJ. Caberia, então, à parte

insurgente, desafiar essas razões de decidir, contudo, o agravante não fez qualquer menção aos pontos.

Constata-se, ademais, da leitura das razões recursais, que o agravante não evidenciou em que trecho do acórdão recorrido houve o enfrentamento, ainda que implícito, da matéria aduzida no recurso especial, com vistas a demonstrar o preenchimento do indispensável requisito do prequestionamento, de modo a refutar a incidência do óbice contido na Súmula 211 do STJ.

No que se refere à incidência das Súmulas 5 e 7/STJ, cumpre destacar que para a impugnação dos referidos óbices, a parte recorrente deve efetivamente demonstrar qual seria a questão exclusivamente de direito apta a afastar o asseverado na decisão agravada acerca da necessidade do exame de provas, bem como da interpretação da relação contratual, para a modificação das conclusões do julgado.

Assim, ausente a impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada, impõe-se o não conhecimento da irresignação.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE, NA ORIGEM, NÃO ADMITIU RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182 DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1.- Cumpre à parte, nas razões do agravo, impugnar todos os fundamentos suficientes da decisão que, na origem, não admite o recurso especial. Além disso, é preciso que tal impugnação seja efetiva, exigindo-se da parte que demonstre a impertinência dos motivos nos quais fundada a decisão agravada.

2.- A agravante, quando da interposição do Agravo, não cuidou de impugnar a decisão agravada em toda a sua extensão, mormente quanto à afirmação de incidência das Súmulas 5, 7 e 13/STJ.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 79.569/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, Dje 01/02/2012 - grifamos).

**2.** Do exposto, não conheço do agravo.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**  
Relator